



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS
C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06
Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475 -1124
CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo
Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO/SP – RPPS.

O Presidente e Gestor do Comitê de Investimento do RPPS, o Sr Fernando Augusto Suzuki, comunica e convoca os membros do Comitê de Investimento, Diretoria Presidente e, Presidentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, assim como todos os interessados, que no dia **20 de Agosto de 2026**, (quinta-feira) as 11:00, na sede do RPPS de Meridiano, acontecerá Reunião para Análise de Carteira e Cenário Econômico, Fluxo Financeiro, Proposição de Investimentos e/ou Desinvestimentos. A reunião é pública, podendo qualquer interessado assistir.

Meridiano/SP, 17 de Agosto de 2026.

FERNANDO
AUGUSTO
SUZUKI:36843340814

Assinado de forma
digital por FERNANDO
AUGUSTO
SUZUKI:36843340814

Fernando Augusto Suzuki
Presidente do Comitê de Investimentos
CP RPPS CGINV I - 921173164262910



ATA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE MERIDIANO/SP

Ao vigésimo dia do mês de agosto de 2026, às 11h00min, reuniram-se ordinariamente na sala do RPPS, anexa Prefeitura Municipal de Meridiano, situada na Rua Luíza Feltrin Guilhen, nº 1716, Centro, nesta cidade de Meridiano, membros do Comitê de Investimentos sob a Presidência do Sr. Fernando Augusto Suzuki, e os membros, Caroline Aparecida Magre Bonifacio, Juliana Grigolin Nunes da Silva, participando como convidada a Sra. Valéria Vorussi, Diretora Executiva, de acordo com a lista de presença em anexo; Dando início aos trabalhos o Sr. Fernando Augusto Suzuki, observou quórum presencial e procedeu à leitura da pauta conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Município no dia 17/08/2026, Edição nº 2141, pág 11. A ordem do dia para operacionalização passou a ser objeto de análise pelos presentes: **1- Análise do cenário macroeconômico; 2- Avaliação dos investimentos; 3- proposição de investimentos/desinvestimentos; 4- xxxxx:** Em Julho de 2026 manteve o padrão de resultados mistos observado ao longo do ano, ainda em um ambiente marcado por volatilidade elevada e pela persistência da aversão ao risco nos mercados globais. A renda variável doméstica, porém, apresentou desempenho positivo no agregado, beneficiada por uma melhora no fluxo local e por sinais de estabilização do cenário macroeconômico interno. Ainda assim, alguns fundos encerraram o mês com resultados negativos, refletindo diferenças relevantes entre setores e estilos de gestão. No mercado local, o avanço das ações foi puxado principalmente por empresas ligadas ao consumo e segmentos menos sensíveis ao ambiente externo. Já setores cíclicos e companhias com maior exposição internacional tiveram comportamento mais irregular. Apesar disso, o saldo final da bolsa brasileira em julho foi favorável, contribuindo positivamente para boa parte das carteiras. A renda fixa seguiu como ponto de estabilidade, sustentada por prêmios de juros ainda atrativos e pela busca por ativos de maior qualidade. Títulos indexados à inflação e papéis de crédito corporativo de emissores sólidos continuaram entregando retornos consistentes, reforçando o papel defensivo da classe. O ponto fraco do mês foi novamente a exposição internacional. Os investimentos no exterior apresentaram desempenho negativo, pressionados por movimentos abruptos de aversão ao risco, revisões de expectativas de política monetária global e quedas mais acentuadas em ativos de tecnologia e mercados emergentes fora do Brasil. Como resultado, as carteiras de nossos clientes em julho exibiram evolução heterogênea. Os melhores desempenhos ficaram com aquelas



com maior participação em renda variável doméstica e renda fixa, enquanto portfólios com exposição relevante ao exterior foram penalizados, já que esses ativos foram os principais responsáveis pelos recuos no período. Iniciando pelo Brasil, a inflação ao consumidor avançou 0,16% em junho, resultado que surpreendeu positivamente ao ficar bem abaixo das expectativas do mercado, que projetavam alta de 0,31%. Com isso, a variação acumulada em 12 meses do IPCA desacelerou de 4,7% para 4,6%, reforçando um quadro mais benigno para a dinâmica de preços no curto prazo. A composição do índice também veio mais favorável, com moderação em alimentos, serviços e núcleos. A maior parte da surpresa baixista se concentrou na alimentação no domicílio, que recuou 0,39%, influenciada principalmente pela queda em carnes e itens in natura. Esse movimento contribuiu para a acomodação da alimentação fora do domicílio, cuja variação desacelerou de 0,49% no mês anterior para 0,15% em junho, ajudando a explicar parte da surpresa baixista observada nos serviços subjacentes. Os dados de atividade econômica de maio reforçaram a percepção de perda de dinamismo no início do segundo trimestre. Segundo o IBGE, o volume de serviços recuou 0,4% no mês, ligeiramente abaixo de nossa projeção e da mediana do mercado, após a alta de 1,1% registrada em abril. Com esse resultado, o setor carrega 0,3% para o segundo trimestre, sinalizando um ritmo mais moderado de expansão. A abertura mostrou comportamento heterogêneo: as principais contribuições negativas vieram de transportes (-1,0%), influenciados por quedas em transporte aéreo e armazenamento, e de outros serviços (-1,9%), com destaque para a retração em serviços financeiros. Em contrapartida, houve avanço em serviços profissionais, administrativos e complementares (1,9%), além de crescimento de 0,2% em serviços prestados às famílias, impulsionados pelo segmento de alimentação. Mais Valia Consultoria Ltda – CNPJ 22.687.467/0001-94 – (21) 99614-6774 / (21) 99739-9777 Página 3 de 8 www.maisvaliaconsultoria.com.br Rua General Artigas 232/301 Leblon Rio de Janeiro RJ 22.441-140 O varejo também apresentou desempenho abaixo do esperado em maio. No varejo restrito, as vendas avançaram apenas 0,1% na margem, com quedas concentradas em supermercados e produtos alimentícios (-1,5%) e em equipamentos para escritório e informática (-1,7%). Na decomposição entre itens ligados à renda e itens dependentes de crédito, o segundo grupo compensou parcialmente o recuo do primeiro, evitando um resultado ainda mais fraco. Já o varejo ampliado, que inclui veículos, materiais de construção e atacado de alimentos, registrou queda de 0,2%, apesar do crescimento observado nas duas primeiras categorias. Como consequência desse conjunto de indicadores,



o IBC-Br, proxy mensal de atividade do Banco Central, avançou apenas 0,1% em maio, influenciado negativamente pelo desempenho da agropecuária. Em linha com esses resultados, o quadro geral sugere que o segundo trimestre deve ser marcado por menor tração da atividade econômica, reforçando nossa expectativa de desaceleração do PIB no período, diante de condições financeiras mais apertadas, moderação do consumo e impactos defasados da política monetária sobre setores sensíveis ao crédito. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2026, o governo anunciou uma redução da contenção de despesas, movimento que sinaliza algum alívio na execução orçamentária após meses de maior rigidez fiscal. A decisão reflete tanto a reavaliação das projeções de receitas quanto a necessidade de acomodar gastos obrigatórios que vêm crescendo acima do esperado, em um contexto de pressão estrutural sobre o orçamento. Embora a flexibilização seja limitada, ela indica uma tentativa de calibrar o ritmo de ajuste fiscal diante de um cenário econômico mais fraco, marcado pela desaceleração da atividade e pela moderação recente da inflação. Ainda assim, o quadro fiscal permanece desafiador, exigindo atenção à evolução das receitas recorrentes e ao comportamento das despesas obrigatórias ao longo do segundo semestre, especialmente em um ambiente de maior incerteza sobre o crescimento e sobre a trajetória das contas públicas. Apesar de sinais mistos na atividade econômica, o mercado de trabalho seguiu resiliente em junho, sustentando o padrão de firmeza observado ao longo do ano. Segundo os dados do Caged, foram criadas 145,2 mil vagas formais no mês, resultado acima das expectativas do mercado e que reforça a capacidade de geração de emprego mesmo em um ambiente de desaceleração. Em nossas estimativas, o saldo ajustado sazonalmente passou de 49 mil para 78 mil, com a aceleração puxada sobretudo pela recuperação do comércio e dos serviços. Ainda assim, a média móvel de três meses recuou para 57 mil, vindo de 87 mil em maio e permanecendo abaixo do nível considerado neutro para a taxa de desemprego, o que indica alguma perda de tração na criação de vagas. Os dados da PNAD Contínua, que abrangem todo o universo do trabalho, também mostraram estabilidade, com a taxa de desemprego atingindo 5,4% no trimestre encerrado em junho, equivalente a 5,5% na série com ajuste sazonal, ligeiramente acima da taxa de abril, de 5,4%. Esse comportamento reflete uma força de trabalho maior, combinada à estabilidade da população ocupada, sugerindo que a expansão do emprego começa a encontrar limites após meses de forte absorção de mão de obra. Além disso, o rendimento médio real recuou 0,4% na margem, indicando perda de



impulso na massa salarial, ainda que esta permaneça em patamar elevado. O resultado primário do setor público consolidado voltou a mostrar deterioração em junho, registrando déficit de R\$ 47,1 bilhões, acima do saldo negativo observado no mesmo mês de 2025, quando o déficit havia sido de R\$ 40,9 bilhões. O desempenho reflete tanto a pressão persistente das despesas obrigatórias quanto a desaceleração das receitas, em um contexto de atividade econômica mais fraca e menor crescimento da arrecadação. A ampliação do déficit também evidencia os desafios enfrentados pelo esforço fiscal ao longo de 2026, especialmente diante da necessidade de acomodar gastos que seguem crescendo acima do ritmo das receitas e da dificuldade de avançar em medidas estruturais de contenção. Embora parte da piora já fosse esperada, o resultado reforça a percepção de que o quadro fiscal permanece pressionado e exigirá maior disciplina na execução orçamentária ao longo do segundo semestre, em meio a um ambiente de menor dinamismo econômico e incertezas sobre a trajetória das contas públicas. Mais Valia Consultoria Ltda – CNPJ 22.687.467/0001-94 – (21) 99614-6774 / (21) 99739-9777 Página 4 de 8 www.maisvaliaconsultoria.com.br Rua General Artigas 232/301 Leblon Rio de Janeiro RJ 22.441-140 Finalizando as questões locais, o último boletim Focus com posição do dia 31 de julho de 2026, trouxe a previsão do IPCA para 5,03% para o final de 2026, resultado acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, e com valor abaixo da sondagem do mês anterior. O PIB trouxe um aumento na previsão de 1,99, o mesmo resultado da última sondagem. Com relação a Selic o mercado prevê o número em 13,75% ao final de 2026, resultado inferior a sondagem do mês passado. E por fim o câmbio as previsões do mercado apresentaram projeção igual ao número divulgado no mês anterior de R\$5,20/USD 1. Agora falando sobre os EUA, a inflação ao consumidor nos Estados Unidos voltou a surpreender negativamente em junho, trazendo uma leitura mais benigna e reforçando o processo de desinflação em curso. O índice cheio registrou queda de 0,4%, após alta de 0,5% em maio, movimento fortemente influenciado pelo recuo de 5,7% nos preços de energia, que teve impacto decisivo na variação mensal. O núcleo do índice, que exclui alimentos e energia, ficou estável (0,0%), após avanço de 0,2% no mês anterior e abaixo das expectativas do mercado, que projetavam alta de 0,2%. A abertura dos dados mostrou desaceleração disseminada. O núcleo de bens recuou 0,09%, enquanto o núcleo de serviços avançou apenas 0,03%, indicando perda de fôlego ampla entre os componentes mais sensíveis à demanda. Entre os serviços, o item de aluguéis desacelerou para 0,12%, reforçando a tendência de moderação



observada nos últimos meses. Também contribuíram para a queda do índice as reduções em seguros de veículos, comunicação, vestuário, serviços médicos e automóveis usados, categorias que vinham exercendo pressão residual sobre a inflação. Em termos anuais, o índice cheio desacelerou de 4,2% para 3,5%, enquanto o núcleo recuou de 2,9% para 2,6%, ambos reforçando a trajetória de alívio inflacionário. A composição do resultado sugere que os choques recentes associados a tarifas, petróleo e cadeias produtivas continuam tendo impacto limitado sobre a inflação subjacente, ao mesmo tempo em que a inflação de aluguéis segue perdendo força. Apesar da surpresa baixista nos demais componentes de serviços, avaliamos que esse grupo tende a permanecer pressionado, exigindo postura ainda firme do Federal Reserve. O mercado de trabalho nos Estados Unidos segue exibindo sinais claros de resiliência, mesmo diante de uma economia que vem mostrando perda de fôlego em outros indicadores. Os pedidos iniciais de seguro-desemprego recuaram para 187 mil na semana encerrada em 18 de julho, atingindo o menor nível desde 1969, um marco que evidencia a força da demanda por mão de obra e a baixa rotatividade no mercado de trabalho. Esse resultado reforça a leitura de que, apesar da desaceleração gradual da atividade e da moderação recente da inflação, as empresas continuam relutantes em demitir, sustentando um mercado de trabalho apertado. A combinação de pedidos de seguro-desemprego em níveis historicamente baixos e estabilidade na criação de vagas sugere que a economia americana mantém capacidade de absorção de trabalhadores, mesmo em um ambiente de condições financeiras mais restritivas. O Federal Reserve manteve a taxa de juros no intervalo de 3,50% a 3,75% na reunião de julho, preservando uma postura de cautela enquanto avalia a evolução recente da inflação e da atividade econômica. A decisão reflete o entendimento de que, embora o processo de desinflação tenha avançado, o mercado de trabalho continua resiliente e alguns componentes de serviços ainda exibem pressões persistentes, o que justifica prudência na condução da política monetária. Na coletiva, Kevin Warsh manteve o tom cauteloso e reforçou sua preferência por uma comunicação com pouca sinalização futura (forward guidance), defendendo que os mercados devem formar suas próprias avaliações sobre a trajetória da economia e dos juros. Segundo ele, o Fed deve evitar indicar movimentos futuros de forma explícita, preservando flexibilidade e reforçando a dependência dos dados como guia para decisões subsequentes. O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 2,25%, mas sinalizou que o ciclo de aperto monetário ainda não está encerrado, deixando em aberto a possibilidade de novas altas nas próximas reuniões. A decisão



reflete o equilíbrio delicado entre uma inflação que segue acima da meta em partes da zona do euro e sinais de desaceleração da atividade, especialmente na indústria e no consumo. Ao optar por manter a taxa estável, o BCE busca avaliar se a recente moderação dos preços será suficiente para consolidar a convergência da inflação ao objetivo de 2%. No entanto, ao não descartar novos aumentos, a instituição reforça que permanece vigilante diante de pressões inflacionárias persistentes, sobretudo em serviços, e que a política monetária pode voltar a endurecer caso os dados futuros indiquem risco de reaceleração. A desaceleração econômica da China no segundo trimestre ficou evidente nos dados divulgados, marcada por um descompasso entre a demanda interna e externa. O PIB cresceu 4,3% entre abril e junho, abaixo da expectativa de 4,5% e do ritmo observado no primeiro trimestre (5,0%), reforçando a perda de fôlego da atividade doméstica. Apesar disso, junho trouxe sinais pontuais de melhora na produção industrial que avançou 5,3% na comparação anual, acima dos 4,5% de maio, e as vendas no varejo cresceram 1,0%, revertendo a queda de 0,1% do mês anterior. Por outro lado, os investimentos em ativos fixos seguiram como o principal ponto fraco, acumulando retração de 5,7% no primeiro semestre, refletindo o ajuste prolongado no setor imobiliário e a cautela das empresas diante de um ambiente de menor confiança. Recomendações: A publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025 consolidou um novo marco regulatório para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alterando de forma profunda a lógica de alocação de recursos e reforçando a governança como elemento central do processo decisório. Para os RPPS que ainda não possuem a certificação Pró-Gestão ou que se encontram no Nível I, as restrições impostas pela norma continuam representando desafios relevantes, sobretudo no que diz respeito à rentabilidade e à capacidade de diversificação das carteiras. Os limites mais rígidos de alocação reduzem o acesso a segmentos que historicamente contribuíam para melhorar o retorno ajustado ao risco, mantendo esses investidores mais dependentes do comportamento da curva de juros. Mais Valia Consultoria Ltda – CNPJ 22.687.467/0001-94 – (21) 99614-6774 / (21) 99739-9777 Página 6 de 8 www.maisvaliaconsultoria.com.br Rua General Artigas 232/301 Leblon Rio de Janeiro RJ 22.441-140 No contexto de julho de 2026, marcado pela manutenção da volatilidade nos mercados e pela continuidade do ciclo de flexibilização monetária, após o corte de 0,25 p.p. que levou a Selic para 14,25%, as restrições regulatórias ainda não geram perdas imediatas. Contudo, preservam o risco de comprometimento da rentabilidade caso o fechamento da curva não se consolide, especialmente nos vértices médios e longos. Sem acesso a instrumentos



mais sofisticados ou diversificados, as carteiras tendem a permanecer concentradas em renda fixa tradicional, com menor potencial de ganho real no longo prazo. Nesse ambiente, o monitoramento ativo das flutuações da taxa de juros segue essencial. Mesmo com alternativas limitadas, a gestão pode buscar ganhos táticos por meio de fundos de índices de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos federais, tais como Fundos IMA, que permitem exposição a diferentes vértices da curva; Fundos IRF-M, sensíveis ao fechamento das taxas prefixadas; Fundos IDkA, que replicam curvas específicas de juros e possibilitam posicionamento tático. A utilização desses fundos permanece como uma das poucas estratégias disponíveis para mitigar o impacto das restrições regulatórias sobre a rentabilidade, lembrando que todos devem ser 100% compostos por títulos públicos federais. Para os demais RPPS, julho manteve a dinâmica observada ao longo do primeiro semestre: juros ainda elevados, inflação sob vigilância, com o IPCA de julho avançando 0,16% e acumulando 4,6% em 12 meses e um ambiente global complexo, permeado por incertezas geopolíticas e pelas decisões de política monetária nos Estados Unidos. Esse conjunto de fatores reforça a necessidade de postura prudente na alocação dos recursos, especialmente para aqueles classificados no Pró-Gestão Nível 2, que não possuem autorização normativa para investir no exterior. No segmento de renda fixa, para RPPS com Certificação Pró-Gestão níveis 2, 3 e 4, as recomendações seguem alinhadas ao ambiente econômico atual. As NTN-Bs continuam oferecendo remuneração real elevada, consolidada no patamar de IPCA +7% ao ano, acima do teto da meta atuarial padrão (IPCA +6%). Esse nível de taxa proporciona ganhos expressivos com volatilidade controlada, sobretudo para investidores que adotam estratégia de carregamento até o vencimento. É essencial observar rigorosamente as limitações impostas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 para aquisição direta de títulos públicos. Para clientes com restrições operacionais, a recomendação permanece a exposição por meio de fundos vértices, que preservam a aderência à tese de investimento, oferecendo liquidez e diversificação. Na parcela indexada à inflação, os fundos IMA-B continuam apresentando excelentes oportunidades. Esses veículos capturam de forma eficiente os retornos das NTN-Bs por meio de gestão ativa, ajustando duração e exposição conforme a dinâmica da curva de juros, mantendo perspectivas favoráveis para o restante de 2026. A combinação entre proteção contra a inflação e flexibilidade tática reforça o papel desses fundos na composição dos portfólios dos RPPS, especialmente em um ambiente de transição gradual e cautelosa da política monetária. O segmento de renda variável apresentou



novamente forte volatilidade ao longo de julho, refletindo saída de capital estrangeiro, pressões inflacionárias internas e sensibilidade aos ruídos geopolíticos. Embora a intensidade da correção tenha sido menor que a do mês anterior, o ambiente continuou desafiador. Ainda assim, a relação entre preço e lucro das empresas brasileiras permanece em patamares historicamente baixos, indicando que parte relevante do prêmio de risco já está incorporada e que o índice segue competitivo em termos relativos. A defasagem em relação a outros mercados emergentes mantém espaço para oportunidades seletivas, embora exija maior critério na escolha dos papéis. Diante desse contexto, a recomendação segue sendo a de realizar alocações em renda variável de forma gradual e equilibrada, acompanhando o ritmo do ciclo de flexibilização monetária e a estabilização dos choques globais. No cenário internacional, julho marcou uma deterioração do ambiente externo, com a intensificação da disputa entre Estados Unidos e Irã e a volta das tensões no Oriente Médio. A escalada geopolítica aumentou a aversão ao risco global, trazendo piora no humor dos mercados e pressionando ativos internacionais. Os setores ligados à tecnologia e inteligência artificial, que vinham liderando os ganhos ao longo do primeiro semestre, foram particularmente afetados pela correção, refletindo tanto o aumento da volatilidade quanto a reprecificação de expectativas de crescimento em meio ao ambiente mais incerto. Para os RPPS classificados nos Níveis 3 e 4 do Pró-Gestão, a exposição internacional voltou a demonstrar sua eficiência regulatória, atuando como importante vetor de diversificação, desconexão cambial e proteção patrimonial em períodos de maior estresse doméstico e global. Mesmo diante da piora conjuntural, esses portfólios mantiveram papel estratégico na redução do risco agregado, reforçando a relevância da alocação internacional dentro dos limites normativos. Por fim, considerando a continuidade do ciclo de queda da Selic, as aplicações em fundos atrelados ao CDI seguem como alternativa de liquidez e composição tática de curto prazo em direção ao atingimento da meta atuarial. Embora o retorno nominal desses fundos tenda a recuar gradualmente com o ajuste dos juros básicos, eles ainda entregam patamares robustos o suficiente para dar suporte ao cumprimento das metas atuariais ao longo de 2026, especialmente quando combinados estrategicamente com carteiras de renda fixa indexadas à inflação (NTN-Bs) e com posicionamento fracionado em renda variável.

2- Avaliação dos investimentos: para avaliar sobre as aplicações financeiras do mês de **julho**, o Presidente do Comitê de Investimentos, distribuiu aos membros participantes cópia da carteira de investimentos em 31/07/2026, onde realizada a análise dos



investimentos do RPPS. Neste sentido, o saldo de todos os ativos que compõe a referida Carteira foi de **R\$ 24.640.787,64**, com retorno mensal de **1,19%** perfazendo o valor de **R\$ 288.868,32**, sobre a meta estabelecida de **0,57%**, o saldo aplicações foi da importância de **R\$ 1.242.989,68** e o saldo de resgate da carteira foi da importância de **R\$ 365.698,99**. Atualmente a Carteira de investimentos possui ativos diversificados, sendo que para o mês de **julho**, os ativos de Renda Fixa correspondem a **93,70%** da carteira com saldo de **R\$ 23.080.733,42**, Renda Variável, corresponde a **6,20%** da carteira com saldo de **R\$ 1.535.014,22** e Fundos Imobiliários com saldo de **0,10%** e o valor de **R\$ 25.040,00**. O retorno acumulado no ano até o mês de **julho**, corresponde a **7,07%** sob a meta estabelecida de **6,73%**. Após verificação dos ativos da referida Carteira frente à legislação vigente em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Resolução CMN nº 5.272/2025, constatou-se a total conformidade regulatória, sem violar os limites estabelecidos na Política de Investimentos. Observou-se também ativos que obtiveram rentabilidade negativa entre os ativos de Renda Fixa, trata-se do **LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1 (-1,45%)**. Os ativos de renda variável e os Fundos Imobiliários que rentabilizaram de forma negativa foram, **BRDESCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES (-1,26%)** e **BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11 (-2,80%)**. Com relação ao fundo FII CARE11 (CNPJ 13.584.584/0001-31), sob administração da Mérito DTVM, a Diretoria Administrativa encaminhou a este Comitê de Investimentos do RPPS do Município de Meridiano o resultado da deliberação coletiva. Na presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, a Administradora informou que foram recepcionados votos de Cotistas representando aproximadamente 69,67% das cotas do Fundo. Após a apuração, a proposta de cisão parcial do Fundo foi **reprovada**, com votos correspondentes a 37,54% das cotas emitidas, ficando, consequentemente, prejudicada a deliberação referente as matérias subsequentes. As matérias constantes dos itens III a XI da Ordem do Dia foram aprovadas, mediante votos correspondentes a 39,19% das cotas emitidas, devendo ser adotadas pelos prestadores de serviços, essenciais as providências necessárias ao cumprimento e à implementação das respectivas deliberações. Por fim, ficou consignado que será convocada nova Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, no prazo de até 60 (sessenta) dias, destinada a deliberar sobre a aprovação do Plano de Liquidação e sobre as demais matérias relacionadas às deliberações aprovadas no âmbito da Consulta Formal.



Deliberação: De acordo com o resultado da Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, este Comitê delibera por aguardar a próxima Assembleia Geral de Cotistas onde estará em pauta a aprovação do Plano de Liquidação do fundo.

Já em relação ao ativo de renda fixa “BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP. LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA” (CNPJ: 28.515.874/0001-09), a Diretoria Administrativa comunicou a este Comitê de Investimentos, que foi convidado para participar da Assembleia Geral de Cotistas, afim de deliberar sobre a proposta de:

1) Alteração integral da tabela prevista no capítulo “**DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO**”, Artigo 6º, conforme consignado no anexo da Classe.

2) Alteração dos capítulos “**DAS CARACTERISTICAS DA CLASSE**” e “**DAS CARACTERISTICAS DA SUBCLASSE**”, Artigo 2º, em seu caput e parágrafo único, a fim de atualizar a regulamentação do público alvo do fundo.

3) Alteração do capítulo “**DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO**”, artigo 4º, em seu caput, para modificar a redação do referido artigo.

Sendo submetidas à votação, as representantes, Diretora Executiva e Diretora Presidente, manifestaram-se favoravelmente à aprovação das alterações propostas. Ficou estabelecido à Diretoria Executiva o prazo de 30 (trinta) dias para a disponibilização do resumo da decisão e sua posterior apresentação a este Comitê.

3- Proposição de investimentos/desinvestimentos: Após analisadas as Lâminas dos Fundos de investimentos disponíveis para aplicação, estes que previamente avaliados pela Consultoria em investimentos “Mais Valia”, ficou deliberado:

***Deliberação:** Fica deliberada, por **UNANIMIDADE** dos membros do Comitê de Investimentos, a alocação do montante de **R\$ 19.293,64 (dezenove mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos)**, atualmente disponível na conta **Agência 0303, Conta Corrente nº 000575.217.813-0**, no ativo **CI CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TP RF RL (CNPJ: 56.209.124/0001-36)**. A referida decisão estratégica fundamenta-se nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, restando plenamente alinhada com os limites e diretrizes estabelecidos na **Política de Investimentos vigente** e na legislação previdenciária nacional. Por força dos ritos formais de governança que regem este instituto, a presente*



*recomendação técnica é submetida à **apreciação e homologação do Conselho Deliberativo**, assegurando a estrita conformidade processual, a transparência administrativa e a segurança jurídica necessárias para a efetivação e liquidação da referida operação financeira.*

A presente recomendação é submetida, por meio desta ata, à apreciação e deliberação do Conselho Deliberativo, em estrita observância às diretrizes de governança do RPPS e à Política de Investimentos vigente. Tal procedimento visa garantir que a execução da operação ocorra em plena conformidade com os ritos deliberativos estabelecidos, assegurando a transparência e a segurança jurídica necessárias para a efetivação do investimento no referido fundo. Para pagamento da folha do próximo mês, bem como quaisquer despesas a ela relacionadas, já às despesas administrativas devem ser pagas com o saldo específico para essas despesas, os valores referentes aos repasses previdenciários e parcelamentos, devem ser aplicados após o Comitê de Investimentos identificar a melhor oportunidade de alocação desse recurso, ficando, desde já, autorizado a realização de baixas e/ou alocação no Fundo BRADESCO PODER PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO (CNPJ.: 13.397.466/0001-14).

Finalizado todos os conteúdos pautados e nada mais tendo a tratar, foi declarada encerrada a presente reunião, eu Caroline Aparecida Magre Bonifácio, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes.

Meridiano/SP, 20 de agosto de 2026

Fernando Augusto Suzuki
RG:nº 30.XXX.XXX.-3
Presidente do Comitê

CAROLINE
APARECIDA MAGRE
BONIFACIO:38723749
822

Assinado de forma digital por
CAROLINE APARECIDA MAGRE
BONIFACIO:38723749822
Dados: 2026.09.02 14:45:07
-03'00'

Caroline Aparecida Magre Bonifácio
RG. nº 43.XXX.XXX-1
Membro do Comitê



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS
C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06
Rua Luiza Feltrin Guilhen, 1.716 – Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475 -1124
CEP.: 15.625-000 - Meridiano – Estado de São Paulo
Site: www.meridiano.sp.gov.br E-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

Documento assinado digitalmente
 JULIANA GRIGOLIN NUNES DA SILVA
Data: 02/09/2026 14:10:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juliana Grigolin Nunes da Silva
RG. nº 40.XXX.XXX-3
Membro do Comitê



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
C.N.P.J. (MF) 15.317.270/0001-06
Rua Luiza Ferrin Guilhen, 1.716 - Fone: (17) 3475-1116 Fax (17) 3475-1124
CEP.: 15.625-000 - Meridiano - Estado de São Paulo
Site: www.meridiano.sp.gov.br e-mail: previdencia@meridiano.sp.gov.br

REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
MERIDIANO/SP - RPPS.

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO 20/08/2026

Pauta

Análise de Carteira e Cenário Econômico, Fluxo Financeiro, Proposição de Investimentos e/ou Desinvestimentos e
Credenciamento de Gestora de Fundo.

Nome/Cargo

Fernando Augusto Suzukawa - Presidente do Comitê
Caroline A.M. Bonfatti - Membro Comitê
Juliana Spisolin N.S. - Membro Comitê
Dulcinea Lourenço - Diretora Executiva
Flávia Maria - Presidente

2026

Relatório Mensal

Julho

Análise dos Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467 de 2 de junho de 2022, Capítulo VI, Seção V, Artigo 136º e com o Manual do Pró-Gestão RPPS versão 4.1, item 3.2.6 a partir do Nível I, aprovado pela Portaria SRPC nº 637, de 13 de Abril de 2026.

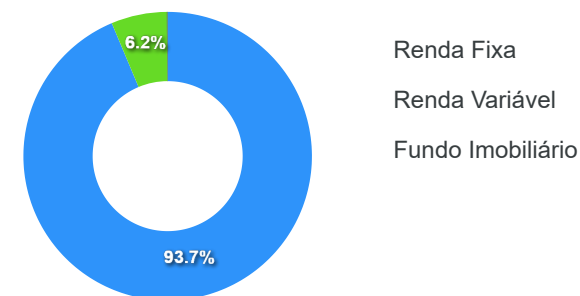
Investimentos	Disponibilidades Financeiras	Total Carteira	Governança (Pró Gestão)				
\$ 24.640.787,64	\$ 385.267,05	\$ 25.026.054,69	 Não possui				
Ativo		Saldo Atual	% Carteira	PL Fundo R\$	% PL	PL/RPPS	Lei
BB AUTOMÁTICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO		40.347,84	0,16%	203.972.546.452,97	0,00	0,00%	7º I
BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI		1.878.459,58	7,62%	12.733.787.402,61	0,01	8,20%	7º I
BRADESCO PODER PÚBLICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		1.284.764,27	5,21%	1.905.654.967,44	0,03	1,32%	7º I
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		2.249.443,34	9,13%	1.450.591.388,66	0,16	99,30%	7º I
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		5.840.622,70	23,70%	10.934.735.354,88	0,05	95,90%	7º I
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA		4.573.397,65	18,56%	9.113.060.222,25	0,05	40,70%	7º I
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA		894.770,84	3,63%	348.671.128,61	0,26%	100,00% 19 III § 2º	7º V
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI		3.822.899,37	15,51%	30.586.335.455,30	0,01%	45,20%	7º V
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP		2.455.272,48	9,96%	22.581.816.095,42	0,00%	31,34%	7º V
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	21 §2º I	0,01	0,00%	-101320,08		73,80% 19 III § 2º	7º V
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	21 §2º I	40.755,34	0,17%	37.883.668,45	0,11%	-	7º IX
BRADESCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		428.373,12	1,74%	210.027.110,75	0,15%	68,20% 19 III § 2º	8º I
BRADESCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		189.414,89	0,77%	51.660.006,47	0,07%	1,02%	8º I
CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		639.514,52	2,60%	725.699.679,50	0,08%	90,18% 19 III § 2º	8º I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES		277.711,69	1,13%	1.340.580.967,82	0,02%	100,34% 19 III § 2º	8º I
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11	21 §2º I	25.040,00	0,10%	22.539.837,38	0,11%	-	11º

Artigos	Limite (%)	Utilizado	Livre
7º I - Fundo/Classe 100% Título Públicos ou E...	100,00%	64,39%	15.867.035,38 35,61%
7º V - Fundo/Classe de Investimento em Renda ...	0,00%	29,11%	7.172.942,70 -29,11%
7º IX - Fundo/Classe FIDC Sub Classe Senior	0,00%	0,17%	40.755,34 -0,17%
8º I - Fundo/Classe de Investimento em Ações	0,00%	6,23%	1.535.014,22 -6,23%
11º - Fundo/Classe de Investimento Imobiliári...	0,00%	0,10%	25.040,00 -0,10%

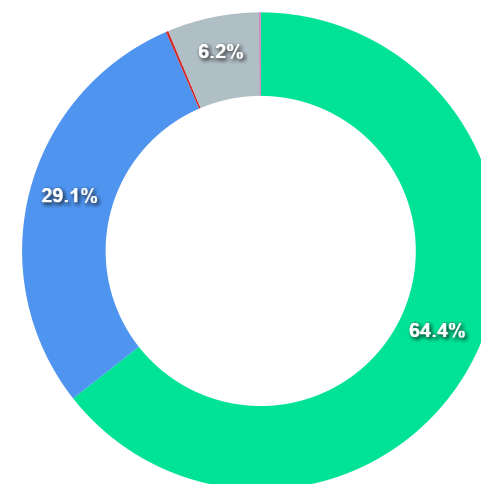
Governança (Pró Gestão)

[🔗](#) Não possui

Segmentos



Artigos

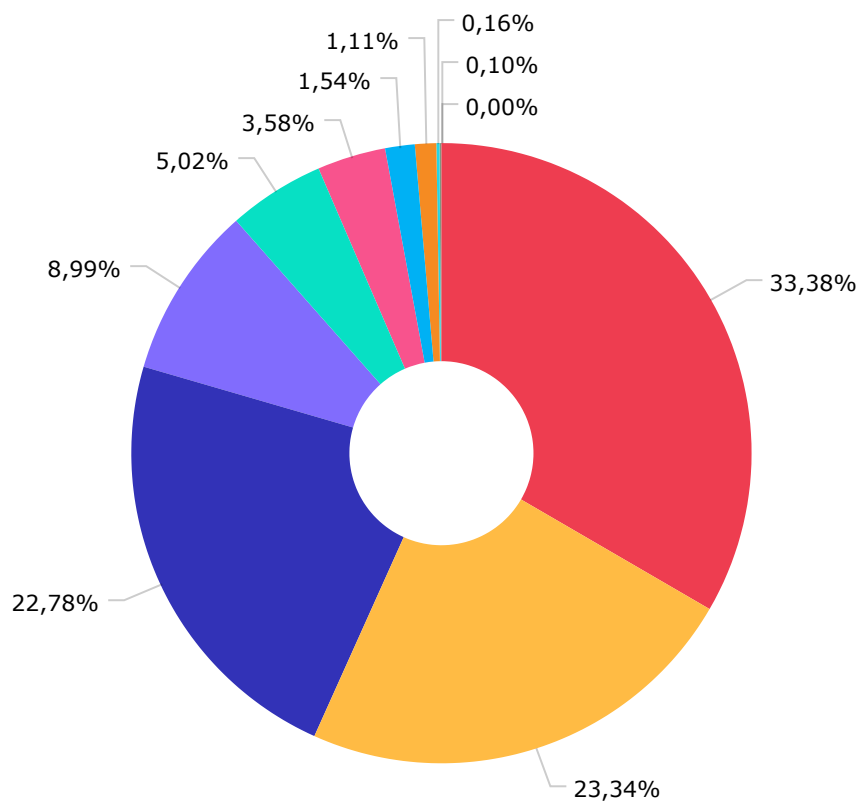


Artigos	Atual	Inferior	Alvo	Superior	GAP Superior
7º I - Fundo/Classe 100% Títul...	64,39%	0,00%	99,00%	100,00%	8.773.752,26
7º II - Títulos Públicos - Ofe...	0,00%	0,00%	1,00%	100,00%	24.640.787,64
7º V - Fundo/Classe de Investi...	29,11%	0,00%	0,00%	0,00%	-7.172.942,70
7º IX - Fundo/Classe FIDC Sub ...	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%	-40.755,34

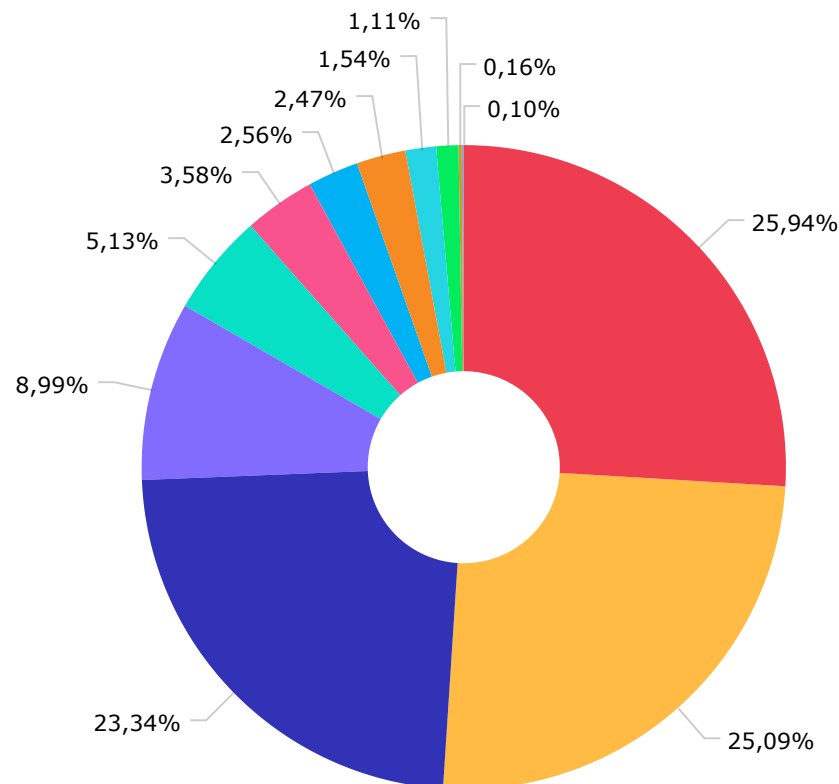
Artigos	Atual	Inferior	Alvo	Superior	GAP Superior
8º I - Fundo/Classe de Investi...	6,23%	0,00%	0,00%	0,00%	-1.535.014,22
11º - Fundo/Classe de Investim...	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	-25.040,00

	Mês	Ano	3M	6M	12M	24M	VaR - Mês	Volatilidade - Mês
CDI - BENCHMARK	1,22	8,14	3,45	6,90	14,71	29,09		
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,22	8,20	3,51	6,94	14,76	29,25	0,01	0,03
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,21	8,19	3,44	6,93	14,72	29,12	0,01	0,01
BRADESCO PODER PÚBLICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,02	6,83	2,90	5,80	12,29	23,74	0,01	0,02
BB AUTOMÁTICO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,94	6,26	2,65	5,31	11,26	21,64	0,00	0,00
IBOVESPA - BENCHMARK	3,47	10,47	-4,97	-1,86	33,76	39,44		
BRADESCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	2,40	3,55	-6,58	-6,58	16,54	22,97	9,75	20,54
BRADESCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	-1,26	-2,19	-7,54	-9,29	15,45	15,69	10,64	22,40
CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	0,39	-5,78	-9,76	-17,88	13,73	25,62	11,56	24,34
IDIV - BENCHMARK	3,00	10,19	-3,14	-0,33	29,82	41,71		
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1,71	8,33	-4,40	-1,97	27,29	34,44	8,82	18,57
IMA-B - BENCHMARK	0,97	5,09	0,23	4,05	10,19	14,91		
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	97,96	-128,59	-248,61	-134,40	-114,39	-107,87	26,01	54,79
IPCA - BENCHMARK	0,07	3,44	0,81	3,10	4,44	9,90		
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	0,99	5,89	2,05	4,40	11,79	20,77	1,21	2,55
IPCA + 7,00% AO ANO - BENCHMARK	0,69	7,54	2,53	6,64	11,75	25,82		
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	-1,45	-40,29	-39,10	-40,00	-39,23	-45,71	3,65	7,69
IRF-M 1 - BENCHMARK	1,26	7,97	3,50	6,68	14,56	28,56		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,29	7,91	3,50	6,64	14,38	28,11	0,27	0,56
SELIC - BENCHMARK	1,22	8,14	3,45	6,90	14,71	29,09		

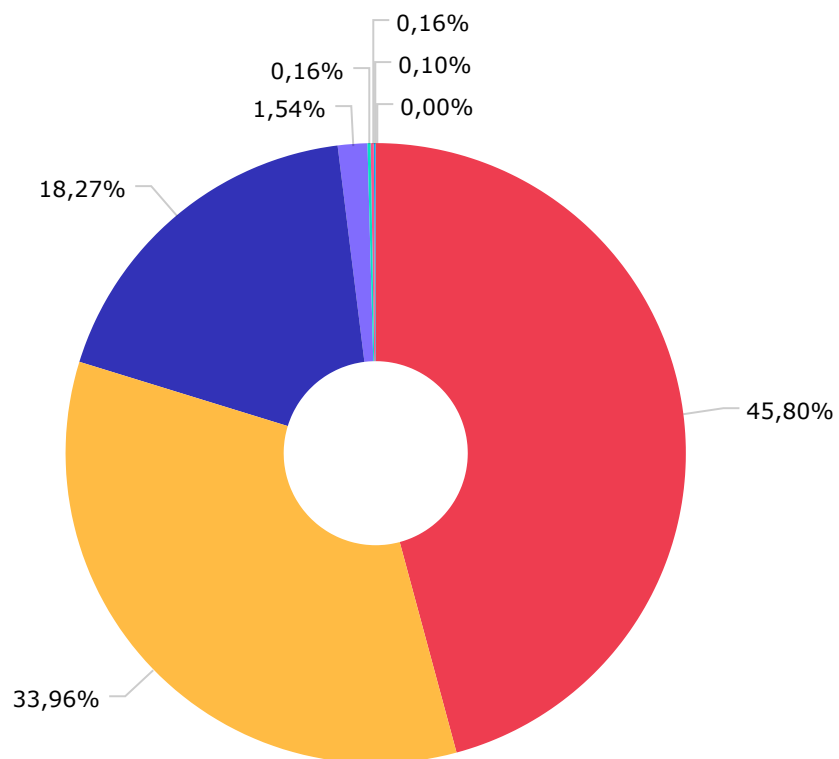
	Mês	Ano	3M	6M	12M	24M	VaR - Mês	Volatilidade - Mês
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,26	8,23	3,56	6,97	14,80	29,43	0,03	0,07
BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,19	7,96	3,36	6,74	14,35	28,34	0,01	0,02
IPCA + 5,00% AO ANO - BENCHMARK	0,52	6,38	2,05	5,64	9,67	21,17		
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,33	4,10	2,12	2,78	6,11		0,92	1,94
IFIX - BENCHMARK	-0,32	1,14	-2,83	-1,10	11,12	13,48		
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11	-2,80	189,81	-24,76	179,46	148,41	81,98		



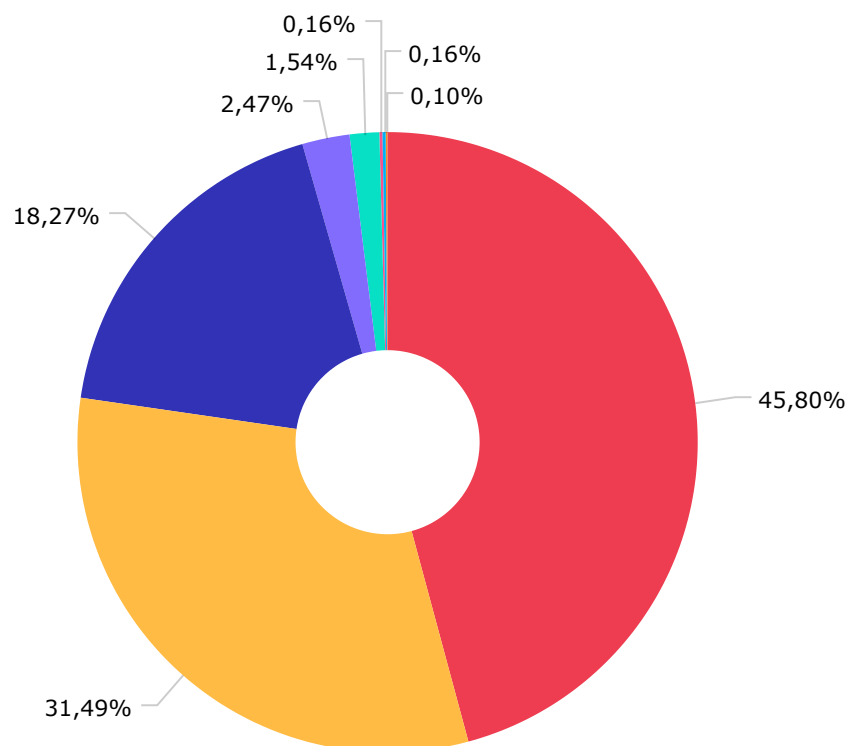
CDI	8.353.782,24
IRF-M 1	5.840.622,70
Selic	5.701.358,95
IPCA + 5,00% ao ano	2.249.443,34
Ibovespa	1.257.302,53
IPCA	894.770,84
Disponibilidades Financeiras	385.267,05
IDIV	277.711,69
IPCA + 7,00% ao ano	40.755,34
IFIX	25.040,00
IMA-B	0,01



Renda Fixa Duração Baixa Soberano	6.492.205,07
Renda Fixa Duração Baixa Grau de Investimento	6.278.171,85
Renda Fixa Indexados	5.840.622,70
Não classificado	2.249.443,34
Renda Fixa Duração Livre Grau de Investimento	1.284.764,28
Renda Fixa Duração Alta Grau de Investimento	894.770,84
Ações Livre	639.514,52
Ações Índice Ativo	617.788,01
Disponibilidades Financeiras	385.267,05
Ações Dividendos	277.711,69
FIDC Financeiro	40.755,34
FII Renda Gestão Ativa	25.040,00



CAIXA DTVM	11.462.564,73
BANCO BRADESCO S.A.	8.498.682,07
CONFEDERACAO DAS COOPERATIVAS ...	4.573.397,65
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	385.267,05
GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA.	40.755,34
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A...	40.347,84
ZION GESTÃO DE RECURSOS LTDA	25.040,00
VCM GESTÃO DE CAPITAL LTDA	0,01



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11.462.564,73
BANCO BRADESCO S.A.	7.880.894,06
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	4.573.397,65
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E...	617.788,01
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	385.267,05
RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VAL...	40.755,35
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A...	40.347,84
MERITO DISTRIBUIDORA DE TÍTULO...	25.040,00

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno Acumulado \$	Retorno %	Retorno Acumulado %	Meta %	Meta Acumulado %	Meta x Retorno Acumulado %	Risco - VaR
Janeiro	20.826.792,30	493.255,78	496.061,32	21.242.771,05	418.784,29	418.784,29	2,01% ▲	2,01%	0,79%	0,79%	254,43%	0,93%
Fevereiro	21.242.771,05	486.886,96	600.236,45	21.335.140,68	205.719,12	624.503,41	0,97% ▲	3,00%	1,09%	1,89%	158,73%	1,29%
Março	21.335.140,68	9.357.185,45	8.477.752,68	22.364.249,16	149.675,71	774.179,12	0,67% ▲	3,69%	1,36%	3,27%	112,84%	1,52%
Abril	22.364.249,16	514.676,63	558.554,58	22.528.158,78	207.787,57	981.966,69	0,93% ▲	4,66%	1,11%	4,41%	105,67%	0,91%
Mai	22.528.158,78	1.218.557,86	501.010,74	23.338.553,03	92.847,13	1.074.813,82	0,40% ▲	5,07%	1,02%	5,47%	92,69%	0,91%
Junho	23.338.553,03	521.375,82	550.092,90	23.474.628,63	164.792,68	1.239.606,50	0,71% ▲	5,82%	0,62%	6,12%	95,10%	0,79%
Julho	23.474.628,63	1.242.989,68	365.698,99	24.640.787,64	288.868,32	1.528.474,82	1,19% ▲	7,07%	0,57%	6,73%	105,05%	0,86%

Retorno Acumulado (Períodos)			
Período	Retorno \$	Retorno %	Meta %
1º Trim	774.179,12	3,69%	3,27%
2º Trim	465.427,38	2,05%	2,76%
1º Sem	1.239.606,50	5,82%	6,12%

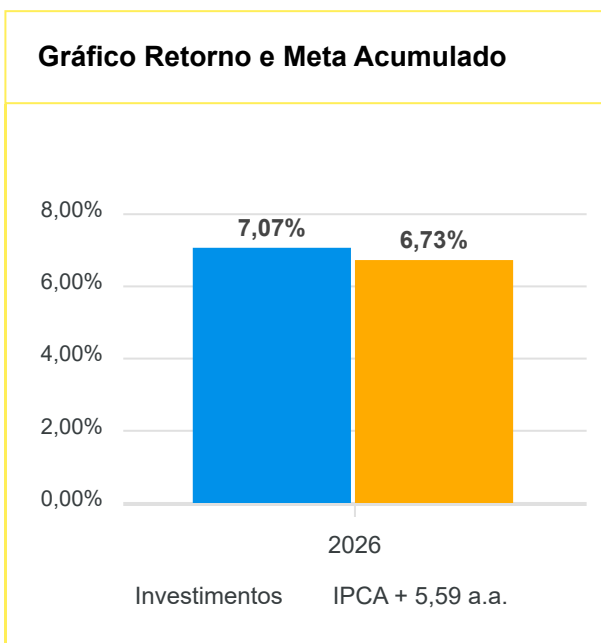


Gráfico Risco x Retorno

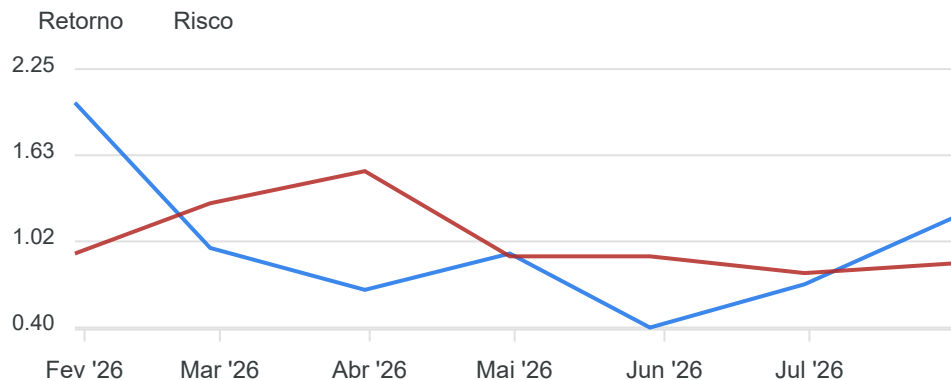
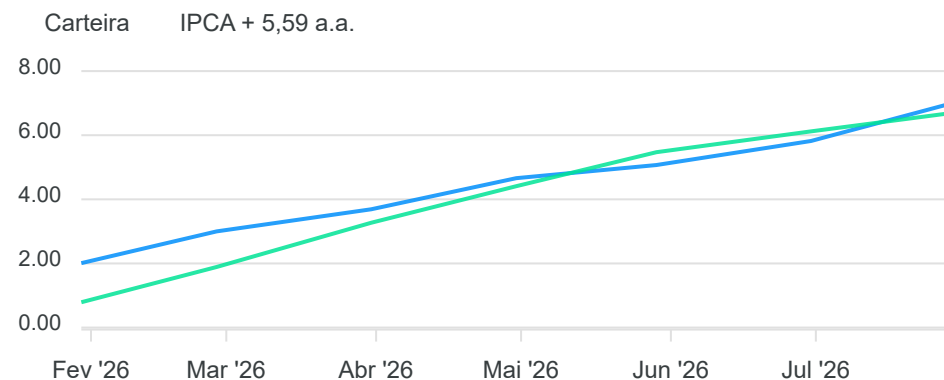
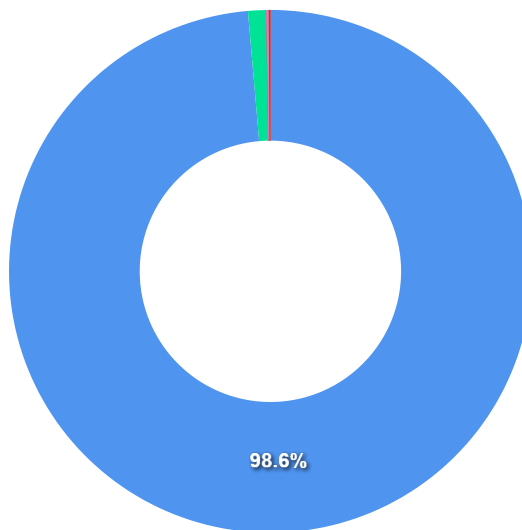


Gráfico comparativo Retorno x Meta Rentabilidade



Liquidez - 31/07/2026

Disponibilidade	Valor	%
Até D+30	24.682.547,65	98,63
Até D+180	277.711,69	1,11
Até D+360	0,00	0,00
Até D+720	0,00	0,00
Até D+1800	40.755,35	0,16
Até D+3600	0,00	0,00
Acima D+3600	0,00	0,00
Indeterminado	25.040,00	0,10



RENTA FIJA	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno %	Risco - VaR
BB AUTOMÁTICO RESP LIMITADA FIF CIC RENTA FIJA CURTO PRAZO	36.411,41	3.569,78	0,00	40.347,84	366,65	0,92% ▲	0,00%
BRDESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENTA FIJA	885.969,63	0,00	0,00	894.770,84	8.801,21	0,99% ▲	1,21%
BRDESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA REFERENCIADO DI	1.856.380,91	0,00	0,00	1.878.459,58	22.078,67	1,19% ▲	0,01%
BRDESCO PODER PÚBLICO RESP LIMITADA FIF CIC RENTA FIJA CRÉDITO PRIVADO	764.546,14	875.461,48	365.698,99	1.284.764,27	10.455,64	0,64% ▲	0,01%
BRDESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA REFERENCIADO DI	3.775.439,49	0,00	0,00	3.822.899,37	47.459,88	1,26% ▲	0,03%
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA	2.219.983,87	0,00	0,00	2.249.443,34	29.459,47	1,33% ▲	0,92%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA	5.404.142,36	363.958,42	0,00	5.840.622,70	72.521,92	1,26% ▲	0,27%
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA REFERENCIADO DI LP	2.425.670,21	0,00	0,00	2.455.272,48	29.602,27	1,22% ▲	0,01%
IMA-B 1000 FIC RENTA FIJA LP	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00%	26,01%
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	41.356,65	0,00	0,00	40.755,34	-601,31	-1,45% ▼	3,65%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENTA FIJA	4.518.763,14	0,00	0,00	4.573.397,65	54.634,51	1,21% ▲	0,01%
	21.928.663,82	1.242.989,68	365.698,99	23.080.733,42	274.778,91	1,20%	0,22%

RENTA VARIÁVEL	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno %	Risco - VaR
BRADERCO SELECTION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	418.313,20	0,00	0,00	428.373,12	10.059,92	2,40% ▲	9,75%
BRADERCO SEQUÓIA SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	191.838,38	0,00	0,00	189.414,89	-2.423,49	-1,26% ▼	10,64%
CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	637.010,82	0,00	0,00	639.514,52	2.503,70	0,39% ▲	11,56%
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	273.042,41	0,00	0,00	277.711,69	4.669,28	1,71% ▲	8,82%
-	1.520.204,81	0,00	0,00	1.535.014,22	14.809,41	0,97%	10,45%

FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno \$	Retorno %	Risco - VaR
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES RESP LIMITADA FII - CARE11	25.760,00	0,00	0,00	25.040,00	-720,00	-2,80% ▼	-
-	25.760,00	0,00	0,00	25.040,00	-720,00	-2,80%	0,00%

Cenário Econômico

Julho de 2026 manteve o padrão de resultados mistos observado ao longo do ano, ainda em um ambiente marcado por volatilidade elevada e pela persistência da aversão ao risco nos mercados globais. A renda variável doméstica, porém, apresentou desempenho positivo no agregado, beneficiada por uma melhora no fluxo local e por sinais de estabilização do cenário macroeconômico interno. Ainda assim, alguns fundos encerraram o mês com resultados negativos, refletindo diferenças relevantes entre setores e estilos de gestão. No mercado local, o avanço das ações foi puxado principalmente por empresas ligadas ao consumo e segmentos menos sensíveis ao ambiente externo. Já setores cíclicos e companhias com maior exposição internacional tiveram comportamento mais irregular. Apesar disso, o saldo final da bolsa brasileira em julho foi favorável, contribuindo positivamente para boa parte das carteiras. A renda fixa seguiu como ponto de estabilidade, sustentada por prêmios de juros ainda atrativos e pela busca por ativos de maior qualidade. Títulos indexados à inflação e papéis de crédito corporativo de emissores sólidos continuaram entregando retornos consistentes, reforçando o papel defensivo da classe. O ponto fraco do mês foi novamente a exposição internacional. Os investimentos no exterior apresentaram desempenho negativo, pressionados por movimentos abruptos de aversão ao risco, revisões de expectativas de política monetária global e quedas mais acentuadas em ativos de tecnologia e mercados emergentes fora do Brasil. Como resultado, as carteiras de nossos clientes em julho exibiram evolução heterogênea. Os melhores desempenhos ficaram com aquelas com maior participação em renda variável doméstica e renda fixa, enquanto portfólios com exposição relevante ao exterior foram penalizados, já que esses ativos foram os principais responsáveis pelos recuos no período.

Análise da Carteira de Investimentos

Carteira de Investimentos

No final do período, a carteira apresentou números de fechamento que evidenciam que suas posições estão em conformidade com os limites definidos nos artigos da Resolução 5272/2025.

Enquadramento na Resolução e Política de Investimentos

A situação da carteira ao término do período, apesar de alguns objetivos ainda não terem sido alcançados (estratégias alvo), fica demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria Política de Investimentos definida para o ano. Eventuais diferenças verificadas entre os percentuais da carteira em relação à Política de Investimentos demonstram apenas que os objetivos pretendidos para o ano de 2026 ainda não foram integralmente atingidos diante das oportunidades que o mercado ofereceu como boas alternativas.

Rentabilidade e Risco por ativo

As séries históricas da rentabilidade e risco por ativo da carteira em relação aos respectivos benchmarks, demonstraram de forma consolidada e no período, resultados adequados e compatíveis com suas propostas.

Distribuição por Benchmarks

A carteira mantém a totalidade dos recursos aplicados em ativos financeiros indexados, e/ou que buscam replicar indexadores adequados, e em conformidade com os objetivos da política de investimentos, e de rentabilidade e liquidez pretendidos.

Distribuição por Classificação ANBIMA

Os fundos de investimentos presentes na carteira seguem as características de estratégias e fatores de riscos definidas pela ANBIMA. Esse agrupamento facilita a comparação de performance entre os diferentes fundos, assim como auxilia o processo de decisão de investimento.

Distribuição por Gestoras e Administradoras

As gestoras e administradoras dos fundos de investimentos presentes na carteira são instituições regulares junto aos órgãos de controle e fiscalização, assim como apresentam histórico de regularidade no ambiente de gestão e administração de investimentos.

Retorno da Carteira de Investimentos

Julho de 2026 manteve resultados mistos devido à alta volatilidade global, embora a renda variável doméstica tenha apresentado desempenho positivo, impulsionada por setores de consumo, enquanto a renda fixa manteve a estabilidade com retornos consistentes. Em contrapartida, os investimentos no exterior recuaram, pressionados pela aversão ao risco.

Retorno dos Fundos de Investimentos

Os fundos de investimento presentes na carteira são regulados, e estão em conformidade com a legislação normativa dos investimentos dos RPPS. Além de estarem adequados à execução da Política de Investimentos aprovada para o ano de 2026, também atendem os objetivos de rentabilidade e liquidez pretendidos.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2026.



Mais Valia Consultoria Ltda EPP
Ronaldo Borges da Fonseca
Economista - CORECON RN 1639-1
Consultor de Valores Mobiliários - CVM AD 13333

